

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O show de Lewandowski



Foi constrangedor ver um ministro outrora conhecido por sua discrição servir de mestre de cerimônias do espetáculo político em que governo Lula transformou a resolução do caso Marielle

Na campanha em que se elegeu presidente, Lula da Silva prometeu a solução do caso Marielle Franco. Na verdade, para o chefe petista a investigação era só protocolo, porque ele já declarava, no palanque, que o assassinato da vereadora carioca fora obra da “gente dele”, em referência ao então presidente Jair Bolsonaro. Ou seja, é antiga e notória a exploração política do crime por parte de Lula, mas agora a coisa toda desdobrou para um espetáculo vergonhoso, tendo como mestre de cerimô-

nias o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, outrora conhecido por sua discrição.

Anteontem, de supetão, Lewandowski anunciou que faria um pronunciamento no fim daquela tarde sobre o caso Marielle. As atenções do País, é óbvio, voltaram-se para o acontecimento. Afinal, não é todo dia que um ministro de Estado anuncia do nada um pronunciamento, sobretudo a respeito de tema tão sensível para a sociedade brasileira. Decerto não foram poucos os que esperaram que o governo federal fosse anunciar, en-

fim, quem havia mandado matar a vereadora Marielle Franco e por qual motivo.

Como o País inteiro pôde ver, foi um anticlímax. O ministro da Justiça apequou-se. Lewandowski se limitou a informar que o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), havia homologado o acordo de colaboração premiada firmado entre a PF e o ex-policial militar Ronnie Lessa, agora assassino confesso da vereadora e do motorista dela. Em tempos menos espalhafatosos, uma informação como essa chegaria a público numa entrevista rotineira dada por subordinados do ministro, sem a pompa de um pronunciamento oficial.

No horário marcado, Lewandowski surgiu diante das câmeras, anunciou a homologação do acordo, elogiou o trabalho da PF e disse que “a elucidação do caso está próxima” – gerando mais expectativas na sociedade e, mais grave, nos familiares das vítimas. Em menos de quatro minutos, virou as costas e foi embora. Coberta de razão, a vereadora Monica Benício (PSOL-RJ), viúva de Marielle, afirmou que a fala do ministro “em nada colabora, apenas aumenta as especulações e uma disputa de protagonismo político que não honram as duas pessoas assassinadas”.

Compreende-se a reação de Monica Benício. Após a posse de Lula, sobretudo a partir da transferência das investigações para a PF, subordinada administrativamente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o governo federal transformou o caso Marielle num circo. No afã de transmitir ao País a ideia

de que o governo Lula da Silva está trabalhando na área da segurança pública, um de seus flancos mais vulneráveis, parece que vale tudo. Em meados de janeiro, convém lembrar, o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, disse estar “convicto” de que o caso Marielle estaria resolvido até o fim de março. Para um inquérito que corre sob sigilo, o delegado foi bastante loquaz, outra evidência de que a instrumentalização da morte de Marielle para fins políticos veio para ficar.

Nem se discute aqui se a entrada da PF no caso era necessária e se, a partir disso, as investigações avançaram em relação aos achados da Polícia Civil do Rio. O fato é que o que nasceu como uma ambição política, e não técnico-policial, evoluiu naturalmente para a espetacularização, não raro vulgar e, principalmente, desrespeitosa à memória das vítimas e ao sofrimento de seus familiares. Assim foi quando o ministro da Justiça e Segurança Pública era Flávio Dino, um notório caçador de holofotes, e assim continua sendo na gestão de Lewandowski.

Comportamentos como o de Lewandowski, mas não só, evidenciam que objetivos político-partidários sobrepujaram a condução republicana de uma investigação policial, como se a solução do caso Marielle fosse uma encomenda, tal como o próprio crime. Até o STF parece ter sido contaminado por esse mau direcionamento. O caso chegou ao Supremo faz pouco mais de uma semana. E em apenas cinco dias Moraes homologou um acordo que envolve uma complexa investigação de seis anos. ●

É preciso acelerar a reforma tributária

Há muito a ser feito e pouco tempo para concluir os trabalhos para regulamentar a reforma. Governo e Legislativo não podem titubear nem se perder em disputas de poder inócuas

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cobrou o governo sobre o envio dos projetos de leis complementares para regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. Para Lira, essa fase precisa ser encerrada ainda neste ano, sob pena de que a proposta venha a naufragar.

Tem razão o presidente da Câmara ao fazer um apelo público ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. À primeira vista, o calendário para a aprovação dos projetos parece confortável, uma vez que a reforma entrará em vigor somente em 2026.

No entanto, a disputa eleitoral deve encurtar o ano no Legislativo. Com deputados e senadores dedicados a apoiar prefeitos em suas bases, o governo teria apenas o primeiro semestre para tocar os

projetos de seu interesse no Congresso. Os 19 grupos técnicos responsáveis pela elaboração dos anteprojetos, no entanto, ainda não concluíram os trabalhos, e os textos ainda terão de ser submetidos a Haddad antes que eles se tornem projetos aptos a serem enviados ao Legislativo.

Todas essas discussões não podem se estender além deste ano. Em 2025, será preciso regulamentar a reforma por meio de normas infralegais que dependem dos projetos de lei. Além disso, será preciso testar os sistemas para garantir que a transição entre o modelo atual e o novo ocorra sem contratempos.

Não será uma tarefa trivial, dado que a reforma aprovada pelo Congresso, que cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e unifica cinco tributos federais, estaduais e municipais, representa uma verdadeira revolução diante do caótico mo-

delo tributário brasileiro.

A emenda constitucional, no entanto, deu apenas as diretrizes gerais que agora precisam ser devidamente detalhadas, discutidas e aprovadas. Entre os temas pendentes está a governança do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo cuja arrecadação será dividida entre Estados e municípios.

Será preciso garantir a não cumulatividade dos tributos, que corrói a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, estabelecer os itens da cesta básica que serão ou não desonerados e discutir os detalhes dos regimes específicos, diferenciados ou favorecidos para alguns setores econômicos.

Também será preciso decidir quais serão alvos do Imposto Seletivo, cuja alíquota será de até 1% sobre a produção. Naturalmente, todos os setores que potencialmente possam se tornar alvo dessa cobrança têm trabalhado para se livrar dela, como a indústria de alimentos ultraprocessados e de bebidas açucaradas e os setores de mineração e petróleo.

Disso dependerá a alíquota padrão do IVA, que, aliás, o governo ainda não divulgou. Antes da aprovação da reforma, o Ministério da Fazenda a havia estimado em 27,5%, mas as mudanças no texto durante a fase final de tramitação ainda não haviam sido incorporadas quando tal porcentual foi divulgado.

Críticos da reforma podem até argumentar que esse porcentual colocaria o

País na liderança das alíquotas mais elevadas do mundo, mas nenhum deles arriscaria dizer qual o nível de tributação do modelo atual – não por incompetência, mas porque as distorções do sistema atual tornaram uma tarefa tão simples como essa simplesmente impossível.

Apesar de a demora dos grupos técnicos do governo para concluir os anteprojetos ser evidente, o Congresso também deveria fazer a sua parte e colaborar com o avanço da reforma. Lira já poderia ter definido o relator dos textos na Câmara, mesmo porque mais de 70 pontos precisam de legislação complementar.

Além disso, seria prudente que os parlamentares recuassem da proposta paralela que articulam para impor travas ao Imposto Seletivo e reduzir as prerrogativas da Receita Federal sobre o tema. Trata-se de clara e indevida invasão de competências por parte dos parlamentares, que não merece prosperar.

Há muito a ser feito e pouco tempo para concluir os trabalhos. Mas governo e Congresso não podem titubear nem se perder em disputas de poder inócuas. É hora de avançar com a reforma tributária e colocá-la em prática para que o País possa iniciar uma nova fase de desenvolvimento.

O presidente da Câmara defendeu que a “regulamentação da tributária não pode naufragar por falta de calendário”. Segundo ele, se o governo deixar a proposta para depois de 2024, “fica complicado”. ●